



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



CLUBE NAVAL, BRASÍLIA, DF, 12 DE DEZEMBRO DE 2001

Senhores Ministros de Estado; Senhores Comandantes das Forças; Senhores Oficiais-Generais; Senhoras e Senhores,

É a sétima vez que tenho a satisfação de estar aqui, nesse convívio natalino e de fim de ano, almoçando com os Oficiais-Generais das nossas Forças Armadas. É, portanto, uma oportunidade para renovar os meus agradecimentos pelo que tem sido feito no decorrer desses anos todos e, também, para revigorar nosso contato e o contato que o Presidente da República precisa ter – e o tem com prazer – com as instituições militares.

Com certa freqüência, tenho me dirigido às nossas Forças Armadas. Ainda recentemente, na Escola Naval, tive a oportunidade de fazer exposição um pouco mais ampla sobre os desafios que a situação atual impõe ao Brasil.

Todas as vezes em que me refiro a essas questões e que falo com as Forças Armadas – e costumo falar de coração aberto, muito freqüentemente, sem sequer seguir os textos que são preparados por mim e pelos meus colaboradores –, ao mesmo tempo em que explicito alguns pon-

tos importantes, no meu modo de ver, dos desafios que o Brasil terá de enfrentar no cenário mundial, procuro reafirmar os princípios fundamentais que devem orientar o comportamento das Forças Armadas, do Governo e dos brasileiros.

Gostaria de, hoje, talvez com mais familiaridade – já nos conhecemos há tantos anos e alguns de nós temos um convívio mais próximo há algum tempo –, de falar-lhes com a mesma franqueza, com a mesma fraternidade, com a mesma cordialidade.

Sei das dificuldades. Fiquei altamente gratificado quando, recentemente, ao voltar do Equador, tomei a decisão de parar em Tabatinga, sem que houvesse prévio aviso, para reabastecer o avião, mas, ao mesmo tempo, para poder ter um contato com a população daquela cidade fronteiriça com a Colômbia e incrustada no meio da Amazônia. E o fiz por uma razão singela: porque, às vezes, eu falo, pelas rádios locais, com as populações de várias partes do Brasil. E tinha tido a oportunidade de falar com uma rádio de Tabatinga. O locutor cobrou que eu havia ido àquela cidade quando era Ministro do Exterior – é verdade, voltando, também, de uma viagem ao Equador –, e que, como Presidente, não havia estado em Tabatinga, embora tenha estado na Amazônia cerca de 20 vezes depois de eleito Presidente da República. E que outros Presidentes haviam estado em Tabatinga.

Aquilo ficou na minha memória e eu disse: “Olha, por que não passar por Tabatinga e atender a uma reclamação que, enfim, pode transmitir algum sentimento genuíno, de uma população brasileira, lá na fronteira?” E descemos em Tabatinga. Fui visitar o Hospital Militar de Tabatinga. E dá gosto. Dá gosto chegar num hospital – evidentemente deviam ter sabido, na véspera, da minha ida lá, a população da cidade só soube no momento – e ver o atendimento que aí era prestado: 15 médicos, atendimento a todas as populações, brasileiras e colombianas, indígenas ou não indígenas, militares ou civis, com atendimento, por exemplo, com coquetel de combate à Aids completo, gratuito, com a enorme quantidade de partos que são lá realizados. Vi os indígenas sendo atendidos lá, alguns que não falam português, com intérpretes deles próprios para comunicar seus sofrimentos. E a dedicação, a devo-

ção daqueles servidores civis e militares daquela unidade militar, lá na Amazônia.

E as reivindicações: pequenas. Pedi que fossem atendidas. Não sei se o foram. Muitas vezes, o Presidente dá uma determinação e ela se perde nos corredores burocráticos. Eram tão pequenas: um pouquinho de recurso para terminar, completar um assoalho. E o hospital absolutamente em ordem, absolutamente bem mantido. E numa convivência de dar gosto entre as populações civis e as populações militares.

Esses fatos, por pequenos que sejam, são os que contam, verdadeiramente, para que se entenda o papel das nossas Forças Armadas. Lá na Amazônia, rincão muito querido nosso, com a população melhorando de vida. Perguntei muito. Depois, andei pelas ruas. Não sei se o General Alberto Cardoso me acompanhou, mas outros me acompanharam. Andei pelas ruas para falar um pouco com a população.

E perguntei, aqui e ali, se estavam atendidos nisso ou naquilo. Alguns sim, outros não. Mas, de qualquer maneira, as crianças estavam melhor nutridas, com, certamente, uma fisionomia que não é uma fisionomia de desespero. Será a fisionomia ainda da carência, mas já é a fisionomia da esperança.

Isso que vi lá, em Tabatinga, temos visto em várias partes do Brasil, tanto nas instituições militares quanto nas civis e quanto no povo em geral. Mas, sobretudo quando viajo, quando estou em alguma instituição militar, procuro olhar com, quem sabe ainda, com o olhar do sociólogo para ver como estão se processando as relações humanas.

Tive o imenso prazer de viajar, do Rio para Santos, no nosso porta-aviões São Paulo. A mesma experiência já foi renovada em muitas outras oportunidades na Marinha. Com a Aeronáutica, meu convívio é freqüente, porque – até há quem me critique – viajo muito. E viajo mesmo, para defender os interesses do Brasil lá fora e os nossos aqui dentro. Ou para sentir mais de perto as populações brasileiras.

Nunca um Presidente viajou tanto pelo Brasil como tenho viajado, e sempre com a nossa Aeronáutica. E vejo aquilo que, de alguma maneira, os que me antecederam aqui descreveram: uma Força prestante, de gente correta, de gente que trabalha com afinco, de gente simples, de

gente de convívio amável, cordial, respeitosa e, ao mesmo tempo – o que também me alegra –, gente que é capaz de fazer as observações, mesmo quando críticas, até mesmo ao Presidente da República. Isso me deixa feliz. Aqui, há vários que convivem comigo, até diariamente, e sabem que é assim, e conversamos com muita espontaneidade. Vez por outra se percebe, aqui e ali, o que é importante para o Presidente, onde é que o calo dói. Claro que sempre dói onde dói o de todos nós, que é no bolso. Mas não é só no bolso. Há outras dores, menos visíveis, que é bom que se sintam, e que se sintam diretamente.

Isso tudo lhesuento e lhes digo com essa forma mais intimista do que formal, de um Presidente falando a Oficiais-Generais, para reafirmar aquilo que foi dito há pouco: o convívio entre civis e militares, entre o poder político e as Forças Armadas, no Brasil, atingiu um patamar que eu diria invejável, de respeito, de democracia, de confiança mútua e, sobretudo, da crença no País e na vontade férrea de que este país melhore cada vez mais.

São épocas difíceis. Todos os que me antecederam mencionaram alguma coisa que marcou o mundo de uma maneira quase inesperada: os acontecimentos de 11 de setembro, nos Estados Unidos. Ainda ontem mesmo, muita gente refletiu, dado que faz três meses daqueles infastos acontecimentos. Marcaram profundamente.

Da mesma maneira como lhes relatei pequenos episódios ocorridos no Brasil, na vida cotidiana, pelo menos na minha vida cotidiana, conto outro quando fui aos Estados Unidos, recentemente. Além de ter falado na Assembléia Geral das Nações Unidas, de ter tido conversas com o Presidente dos Estados Unidos, colocando, com muita fraternidade, mas com muita firmeza, os nossos pontos de vista e o que o Brasil deseja na ordem mundial que está sendo reelaborada, fui visitar o que se chama, lá, *zero ground*, que quer dizer o que sobrou – e não sobrou nada – do antigo World Trade Center.

Lá, depois de ver aquelas crateras imensas, ao me retirar do local, havia um conjunto de americanos ou pessoas – não sei se americanos todos –, 30 a 40. Dirigi-me a eles. Com certa surpresa da parte deles, disse que era Presidente do Brasil e que estava ali para externar solidariedade às vítimas.

Vários choravam. Fiz o que se faz aqui e que não é habitual lá: apertei a mão de um por um. No começo, alguns ficaram um pouco constrangidos, porque não têm o hábito do apertar as mãos. Temos tanto que, hoje, apertamo-nos as mãos, com fraternidade, todos nós. Pouco a pouco, todos, desde os que estavam mais longe, vieram me apertar a mão. Dava para sentir o que vale mais talvez do que os discursos: a emoção de um povo. Aquele povo se sentiu profundamente abalado.

Independentemente dos aspectos do poder, dos aspectos simbólicos e efetivos de uma ameaça, a nação que se pensava mais segura do mundo, de repente, sentiu que não há segurança absoluta. Contam, talvez, mais os aspectos humanos e emocionais de se ver que é uma nação que sofreu naquele momento.

O sofrimento é duro, é ruim. Mas se aprende no sofrimento. Espero que o povo americano também esteja aprendendo com o sofrimento.

Tanto creio nisso que as delegações brasileiras que estão negociando, como, recentemente, ainda em Doha, no Catar, na Organização Mundial de Comércio, receberam instruções para serem firmes e buscarem pontos de apoio. E encontraram um ponto de apoio que talvez não tivessem encontrado em outra época, quando o sentimento da solidariedade, como requisito para a sobrevivência de qualquer nação no mundo contemporâneo, não era tão forte como creio que é hoje no mundo.

Não digo isso como quem diz: "Olha, vamos nos aproveitar." Não. Não foi um fato que alguém possa, mesquinhamente, pensar em se aproveitar. Mas foi um fato que mostrou que a civilização contemporânea requer uma reelaboração, e que os sentimentos motivados até em análises, algumas bem fundadas mas insuficientes, de que é possível manter a ordem mundial pela imposição vão dar lugar a uma compreensão mais ampla, de que a ordem mundial, para se manter, vai requerer também um sentimento de compreensão, de cooperação e de solidariedade.

O Almirante Sérgio Chagasteles, na sua saudação – e agradeço pela saudação que me fez, assim como agradeço ao Ministro Geraldo Quintão –, mencionou o quanto nos dói ver a disparidade existente no mundo entre as nações mais poderosas, as emergentes e as mais pobres. Nós, do Brasil, estamos nessa categoria intermediária de nações emer-

gentes. Somos uma das 10 maiores economias do mundo. Continuamos com muitos problemas, mas avançando. Pois bem, o sentimento que temos dessa assimetria, como costumo me referir, dessa globalização assimétrica terá de dar lugar, com esforço, com luta, com perseverança e com inteligência, com trabalho, com capacidade de coordenação, a uma ordem que seja menos assimétrica e permita um lugar ao sol àqueles que estão se debatendo para que possam participar, efetivamente, de um mundo mais favorável ao conjunto da humanidade.

Podem ser palavras vagas pensar-se em conjunto da humanidade. Há pouco tempo, seria impossível até imaginar, pensar e propor que exista uma ordem mundial menos assimétrica. Porque a assimetria não só era real, como continua sendo, como era autoconfiante. Hoje, não é mais. E não havia a consciência da parte de todos de que a situação precisa mudar. Hoje, existe essa consciência.

Infelizmente, tudo isso convive com a existência também de ameaças que são de nova natureza: o terrorismo, cujo repúdio já foi feito pelo Ministro Quintão, pelo Almirante Chagasteles. A minha voz, desde o primeiro momento, foi firme nesse repúdio, porque o terrorismo não tem nenhuma justificativa. Não há idéia generosa que possa ser justificada pela barbárie da violência terrorista, que mata o inocente sob o pretexto de que está criando um mundo melhor ou um espaço de poder maior.

Esse terrorismo, que requer essa repulsa, infelizmente hoje se assenta não num grupo definido de pessoas ou num grupo definido de nações ou em pessoas de nações que podem abrigá-lo ou abrigar porções dele. O terrorismo, hoje, se organiza, como tudo no mundo contemporâneo, em redes. Redes que ultrapassam fronteiras, redes que podem ultrapassar religiões e civilizações e que são, infelizmente, eficazes, que mostraram ser eficazes, que supõem o que é terrível: um grau de racionalidade e uma razão que se orientam para o mal. E a razão, infelizmente, muitas vezes, se orienta para o mal.

Não se pense que é privilégio de uma área da civilização mundial. Há muito pouco tempo, na barbárie nazista, essa mesma razão se organizou para o mal, matando judeus aos milhares, na civilização ocidental e cristã.

Não podemos, portanto, ter a pretensão prepotente de que há um lado bom e um lado mau. Existem maus e bons em vários lados, e há uma luta constante dos melhores contra os piores para que haja a possibilidade de uma diretriz que seja favorável aos melhores. Mas é uma luta difícil a que será travada doravante, não apenas em termos do terrorismo em si mesmo, mas em termos da possibilidade de interconexões que não são suspeitadas sequer e que têm eficácia. E, hoje, os meios tecnológicos permitem, com muita rapidez, uma coordenação de ações.

Isso vai requerer da nossa parte, como Estado e como nação, uma atitude nova. Atitude nova que vai estar embasada, como aqui já foi dito, na volta à compreensão da segurança, mas a segurança não nos termos clássicos, senão que a segurança em termos da nação e não só do Estado, exercida, prioritariamente, através das Forças Armadas, mas sustentada pela vontade de todos, porque, se não for assim, não será eficaz.

Essa vontade nacional, que deseja ser capaz de preservar a sua tranquilidade, tem que ser exercida através de meios democráticos de discussão, de persuasão e também, naturalmente, do preparo dos meios necessários dissuasórios e também, se for o caso, de meios capazes de levar a uma contra-ação que reprema.

Por isso, dou muita importância ao que disse aqui o Ministro Quintão a respeito dos esforços que estão sendo feitos no Ministério da Defesa e já há algum tempo nas reuniões da Creden, que é a Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Nós discutimos o que já anteriormente eu havia discutido, quando tomamos a decisão de organizar os planos estratégicos e uma política que fosse capaz de definir o modo pelo qual vamos empregar as nossas Forças, de acordo com os nossos objetivos estratégicos, uma política militar.

Essa política, embora tenha a expressão de política militar, é definida num âmbito maior da Nação e vai requerer, como disse o Ministro Quintão, um aprofundamento, em todos nós, do que seja a nossa defesa nacional.

Já em novembro de 96, havíamos definido essa política de defesa nacional. Ela está avançando, e, agora, o Ministro Quintão nos diz que já está preparado para um debate, de tal maneira que cada Força, em particular,

possa organizar suas estratégias, suas políticas de defesa, suas políticas militares, em consonância com essa visão mais ampla.

Naturalmente, nessa visão de que cabe ao Ministério da Defesa coordenar e aos Comandantes dar sustentação e dar força para que ela seja eficaz, essa política há de contemplar esses novos desdobramentos ocorridos no mundo. E há de contemplar a nossa preocupação permanente com os ilícitos que são transnacionais, como é o caso das drogas, como é o caso do contrabando, como é o caso da lavagem de dinheiro, como é o caso, portanto, de uma porção de fatores que corroem a nossa sensibilidade nacional e a nossa crença na necessidade de um país harmônico.

Não há de ser, simplesmente, uma política de defesa baseada nos conceitos clássicos. Mas há de ser uma política de defesa que incorpore essas novas dimensões, esses desafios novos da segurança, que, por certo, no decorrer do século XXI vão ficar mais definidos. Teremos, portanto, maior capacidade de atuar.

Disse o Ministro Quintão que algum esforço foi feito no sentido de – a despeito de todas as restrições, que sabemos quais são – manter-se as nossas Forças com a capacidade operacional necessária e, sobretudo, manter aqueles núcleos mais de vanguarda que diminuam o distanciamento entre o Brasil e os países que estão à frente das inovações tecnológicas.

Em algumas áreas, como no caso da Força Aérea, nós fizemos um esforço grande. Os Senhores são atores desse processo, na implementação do Sivam, que não é um instrumento militar, apenas. É, sobretudo, um instrumento de segurança nacional, no sentido novo, no sentido da segurança do espaço aéreo, do vôo e, também, de informações meteorológicas, do Sipam. E todos sabem o quanto nos custou – e a mim, pessoalmente – enfrentar duras batalhas políticas para mostrar que o Sivam era um imperativo de defesa nacional e não, simplesmente, um projeto a mais, com interesses escusos. Nele não havia, não existiam interesses escusos.

O fato é que, hoje, até as CPIs que lá estão, no Congresso, acabarão por se transformar em locais de homenagem aos esforços que a Força Aérea está fazendo para que possamos, efetivamente, contar com o

Sivam. Espero inaugurar o Sivam antes do final do meu mandato, porque, por tanto que me empenhei por ele, tenho razões e motivos para me empenhar em que possa ser terminada a sua parte fundamental ainda no decorrer do próximo ano.

Fizemos e estamos fazendo, progressivamente, o reequipamento da Força Aérea. Um processo longo, custoso e necessário. Não preciso entrar em detalhes porque os senhores Oficiais-Generais conhecem, com mais precisão do que eu, o esforço que está sendo feito. Agradeço ao Brigadeiro Carlos de Almeida Batista a sua liderança nesse aspecto.

A nossa Marinha, com todas as dificuldades, manteve-se à frente de certos programas importantes. Não pudemos dar o impulso necessário, que é necessário, ao reator atômico. Mas pudemos, pelo menos, com galhardia, navegar no porta-aviões São Paulo e ver que nele, em pouco tempo, os aviões da nossa esquadra terão capacidade de aterrissar com menos riscos do que teriam no antigo porta-aviões Minas Gerais. Mencionei esses fatos apenas como exemplos, para mostrar que, a despeito de tudo, continuamos avançando. Agradeço também ao Almirante Chagastelles a compreensão que tem tido.

Muito especialmente, me dirijo aos militares do Exército para lhes dizer que eles, sim, têm falta. O Ministro da Defesa sabe o meu pensamento, o General Gleuber Vieira também. No ano que vem, assim como fizemos com a Força Aérea, vamos preparar um programa de reequipamento das nossas forças terrestres, porque, a despeito do esforço já feito, inclusive o já referido – os blindados sobre rodas –, há muitas outras matérias que requerem uma renovação de equipamento, até mesmo em certos itens, que são inaceitáveis que não tenham sido feitos a tempo. Vou me empenhar. Não são palavras. Vamos, efetivamente, iniciar um programa mais ambicioso de reequipamento das forças de terra. Agradeço, portanto, ao General Gleuber a compreensão que tem tido diante das dificuldades. Ele sabe, também, dos esforços que temos feito. Tenho certeza de que avançaremos muito nessa matéria.

Tenho, ainda, um compromisso com todos os militares. Tomamos uma decisão penosa, em função dos desajustes ocorridos no ano de 2001, sobre a postergação da última parte de um acerto que eu havia prometido, aqui

mesmo, num dos meus discursos, e que fui obrigado a transferir para o segundo semestre do ano que vem. Vou manter a minha palavra: não deixarei o Governo sem ter resolvido essa questão da forma plena, como disse que faria.

Quero lhes falar, finalmente, e brevemente, porque já abusei da sua paciência, sobre o que foi feito, rapidamente, este ano.

Iniciamos o ano de 2001 cheios de venturas. A ventura não permaneceu por muito tempo sobre nós. Foi um ano difícil. Foi um ano em que tivemos uma crise que é nossa, do Governo, do País, que foi a da energia. Tivemos que enfrentar um processo longo no Mercosul, com a Argentina, com esse chamado “contágio”, que não se entende porquê – os mercados financeiros penalizando-nos, injustamente, durante muitos meses para, finalmente, termos vencido, nas últimas semanas, esse desafio. Tivemos que enfrentar um início de recessão nas principais economias do mundo: a japonesa, que já está nela; a americana, que ameaça cair nela; algumas das européias, como a alemã, que lutam para evitá-la, mas que ainda estão com dificuldades.

Mesmo assim, se não foi possível realizar, no decorrer de 2001, tudo aquilo que se imaginava no início do ano, se pode dizer que o Brasil, ainda assim, é um dos poucos países do seu porte, ou seja, entre as dez maiores economias do mundo, cuja taxa de crescimento – pequena para nós – é maior que a da maior parte dos países do mundo. Estamos chegando – digo sempre que chegaremos a 3%, para promover um pouco mais de competição entre os brasileiros, e dizer que um pouco mais dá, sempre, para fazer –, seguramente, a uma taxa de crescimento que será acima de 2%. Sonhávamos com 4,5%, talvez 5%. Tínhamos condições para isso. Não foi possível, pelos fatores já mencionados.

Mas o que é de assinalar é que isso não abateu o ânimo dos brasileiros. Ainda ontem saiu o resultado das pesquisas que mostram a persistência do otimismo entre os brasileiros e as brasileiras. Esse fato é fundamental. Um país que não crê em si mesmo, que não crê que é capaz de enfrentar dificuldades e de vencê-las, já está derrotado. Não é o nosso caso. Não nos formamos como nação para experimentar derrotas. Formamo-nos como nação conscientes das dificuldades imensas de transformar 8 milhões e meio de quilôme-

etros quadrados numa porção do planeta habitado por gente com capacidade de transformar, em benefício de todos.

Estamos lutando, ainda. Começamos a organizar uma rede de proteção social. O Comandante Chagasteles disse, e disse com propriedade, que as Forças Armadas são sensíveis, como todos os segmentos brasileiros, à necessidade do combate à pobreza. Não se combate a pobreza – tenho repetido isso – com discurso, às vezes nem sequer com dinheiro. Combate-se com promoção humana, com dignidade, com apoio, com escola, com hospital, com acesso à terra, com assistência aos mais idosos.

Tenho orgulho de dizer que organizamos uma rede de proteção social através das bolsas – a bolsa-escola, a bolsa-alimentação, a bolsa-renda para os nordestinos, a bolsa para as crianças que estavam em trabalho penoso e que estão sendo retiradas do trabalho penoso, a pensão que é dada aos idosos de mais de 67 anos abaixo de um certo nível de renda familiar, àqueles que estão no desemprego.

Esse conjunto de recursos, hoje, é transferido diretamente às pessoas, especialmente no mecanismo das bolsas, através de um cartão magnético, sem qualquer intermediação política – vereador, prefeito, padrinho, nada. É diretamente.

Só na bolsa-escola são quase 5 milhões de bolsas, cerca de 8 milhões de crianças. Vamos atingir 11 milhões, 30% das crianças que estão nas escolas do Brasil, ou seja, todas as que vivem em famílias de renda abaixo do mínimo aceitável. Esse conjunto de recursos, hoje, será da ordem de 20 bilhões de reais. Isso corresponde a tudo que se recolhe do Imposto de Renda de pessoa física no Brasil.

No Brasil, infelizmente, porque a renda é pequena e porque há também isenções, apenas 4 milhões, dos 170 milhões de brasileiros, pagam Imposto de Renda. Desses 4 milhões, apenas 117 mil declararam mais do que 9 mil reais de salário, de renda por mês.

Pois bem, do conjunto do que se recolhe, que são 20 e poucos bilhões de reais, se pode dizer que vão diretamente para o bolso dos mais carentes. Ou seja, tomam-se recursos dos ricos e dos menos pobres, como é o nosso caso, para entregá-los aos mais pobres, sob uma forma transparente, sem nenhuma intermediação política.

É assim que se começa o pagamento da dívida social. É assim que se começa a reconstruir um país que seja mais digno para os seus filhos. Não se faz do dia para a noite. É preciso persistir. Mas não tenho dúvida, não só pelo aspecto financeiro, mas pelo aspecto da educação, de 97% das crianças que estão nas escolas, pelo acesso à saúde – e aumentamos, substancialmente, o gasto *per capita* com saúde no Brasil – e pelo acesso à terra, por esse conjunto de programas sociais, não tenho dúvida de que nós, persistindo nesse rumo, vamos resgatar aquilo que é uma dívida antiga de todos os brasileiros para com seus filhos mais pobres.

Entramos, portanto, no ano de 2002, de novo, com confiança. Inútil imaginar se se vai crescer a uma taxa de x ou y. O que não é inútil é ter a convicção de que vamos trabalhar com a mesma devoção com que trabalhamos nesses anos todos para melhorar o Brasil, com erros, da minha parte, da parte do Governo – quem não erra? –, com acertos, da parte da sociedade, eventualmente, alguns nossos, mas, sobretudo, com muita esperança, com muita fé, com muita convicção, com muita crença no Brasil.

Porque as nossas Forças Armadas são a expressão, são o símbolo de um país que se respeita, de um país que tem crença em si mesmo é que me permito pedir-lhes que levantemos um brinde – assim que cheguem os vinhos – pela prosperidade das famílias de todos nós, brasileiros, em especial das Forças Armadas. Mas, sobretudo, um brinde para que o ano de 2002 seja de mais ventura e de continuidade em um trabalho sério para que o Brasil seja aquilo que tem de ser: um país digno de seus filhos.

Muito obrigado.